

Estudo Técnico Preliminar 1/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23079.226127/2023-43

2. Descrição da necessidade

O Instituto de Neurologia Deolindo Couto (INDC/UFRJ) realiza diversos exames de tomografia mensalmente, auxiliando no diagnóstico e tratamento de diversas patologias, e assim promovendo a saúde da população mais carente que necessita deste serviço via SUS. O Tomógrafo do INDC encontra-se obsoleto, em operação ininterrupta a quase 12 anos, com inúmeras trocas de peças ao longo deste tempo, inclusive de ampola (que custa cerca de 1/3 do valor total do equipamento), diversos circuitos e placas. Atualmente há extrema dificuldade para se encontrar peças disponíveis para seu reparo e manutenção, gerando diversas e prolongadas interrupções do serviço de tomografia. Logo se faz necessária a aquisição de um novo equipamento, para evitar a demanda reprimida deste serviço.

A locação para este tipo de equipamento não é comum. Além de não ser viável, tendo em vista a alta complexidade envolvida no transporte, instalação, manutenção, e alto custo de locação, não tornaria a relação custo/benefício economicamente viável, já que o equipamento será usado durante todo o tempo de sua vida útil.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Tomografia	Ana Paula Almeida da Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Aquisição de Tomógrafo computadorizado helicoidal, para uso geral, multislice, com no mínimo 16 cortes utilizado para gerar imagens de tomografia dos órgãos de pacientes adultos e pediátricos. Com sistema de controle automático do mAs para redução de dose.

O Tomógrafo deverá conter as seguintes especificações técnicas:

Gantry:

- Abertura mínima de gantry: 70 cm;
- Faixa de angulação mecânica mínima: +/- 30°;
- Tempo de corte total (360°): 0,75 segundos ou menor;

- Capacidade para aquisição helical contínua sem interrupção: mínima 100 segundos;
- Capacidade de estudos helicoidais com gantry angulado;

Conjunto tubo e gerador:

- Potência do gerador de no mínimo: 50 KW ou superior, não sendo permitida nenhuma equivalência;
- Faixa mínima de corrente do tubo: 10 até 300 mA;
- Faixa mínima de KV do tubo: 80 e 135 KV;
- Capacidade térmica do anodo de no mínimo 5.0 MHU, não sendo permitida nenhuma equivalência;
- Capacidade de resfriamento do tubo de no mínimo 820 KHU/min.;
- Comprimento volumétrico: mínimo 170 cm livre de metais;

Sistema de aquisição de dados:


- Aquisição Multislice de no mínimo 16 cortes simultâneos por rotação de 360°;
- Possibilidade de up-grade para 32 cortes;
- Efetuar 16 cortes simultâneos mesmo com o Gantry inclinado em +30 ou -30 graus;
- Faixa de espessura de corte, obtidas com 16 cortes simultâneos: 0,625 mm ou menor;
- Campo de visão: variável entre 50 e 500 mm;

Gerenciamento de dose


- Tecnologia para redução de dose aplicada ao paciente, possuindo entre outros:
- Recurso dinâmico de otimização de dose aplicada ao paciente, nos planos X, Y e Z durante a aquisição, com capacidade de modulação da corrente (mA) de acordo com a região do corpo a ser examinada;
- Recurso avançado automatizado de reconstrução iterativa (iDose 4, Safire, AIDR-3D, ASIR ou similar);

Console:

- Multifunção contendo 1 monitor LCD colorido de no mínimo 19", teclado e mouse;
- O sistema deve permitir manipulação, filmagem e processamento de imagens previamente armazenadas durante a aquisição de novas imagens;
- Software 3D, permitindo diferentes tipos de reconstrução: Volume Rendering, Surface, e projeção de RX (CVR);

- Software Multiplanar em tempo real (MPR);
 - Software Angiográfico (MIP);
 - Software Pulmonar (mIP);
 - Software para Estudos Dinâmicos (Dynamic Scan);
 - Sistema de subtração digital óssea durante a aquisição;
 - Software para visualização de imagens em tempo real, durante a aquisição, com taxa de amostragem de, no mínimo, 6 (seis) imagens por segundo;
 - Software de gatilhamento de aquisição por nível de contraste, permitindo múltiplos ROI's;
 - Software redutor de artefatos metálicos de próteses extensas (MAR, i-MAR, Smart, SEMAR);
 - Capacidade total em Hard disk: pelo menos 200 Gbytes;
 - Capacidade de armazenamento de imagens: mínimo de 100.000 imagens e dados brutos das 3500 últimas rotações;
 - Unidade de gravação de CD/DVD;
 - Tempo de reconstrução de imagens de no mínimo até 15 imagens/segundo;
 - Protocolo DICOM 3.0 contendo no mínimo as seguintes modalidades: Print, Storage SCU e MWM (Worklist);
 - Resolução de alto contraste mínima: 15 lp/cm;
 - Instrução automática para os pacientes com 30 mensagens programáveis;
 - Interface para impressão padrão DICOM e Windows post-script;
- 

Mesa do paciente:

- Peso máximo suportável de no mínimo 220 Kg;
 - Largura mínima do tampo móvel: 400 mm;
 - Altura mínima do solo entre 300 e 420 mm, quando completamente abaixada;
 - Precisão mínima de movimento: 0,25 mm;
- 

Workstation – Estação de Trabalho independente**Configuração de Hardware mínima:**

- Processador com 6 núcleos ou mais de 3,6GHz;
- Mínimo de 32 GB de memória RAM;
- Sistema de HD com capacidade mínima de 1TB;

- Monitor colorido tipo Flat Screen de pelo menos 24" 1920x1200 ou superior e 300cd/m² ou superior;
- Gravador de CD-RW e DVD-RW;
- Placa de rede padrão Ethernet;
- Placa de vídeo com no mínimo 5 GB GDDR5 de memória;
- Teclado e mouse óptico;
- Sistema operacional MS Windows 10 Professional, ou superior

Softwares necessários na Workstation:

- Reconstrução multiplanar (MPR), MPR curvo e oblíquo, MIP, Min-IP, reconstrução tridimensional (3D) SSD e VR, remoção de ossos automática;
- Software para endoscopia virtual;
- Pacote vascular avançado para Angio CT - segmentação automática de vasos;
- Software para avaliação da perfusão cerebral;

Acessórios:

- Suporte de crânio;
- Suporte de crânio coronal;
- Suporte de pernas;
- Jogo de fantasmas para calibração;
- Estabilizador de tensão de rede externo ao tomógrafo com potência compatível para todo o equipamento, não sendo suficiente somente para estabilizar a base computacional;
- Nobreak para console e estação de trabalho;
- Sistema de manutenção remota;
- Manual de Operação do equipamento;

Extras:

- Aplicação no local;
- Garantia de 12 meses, contados da data de instalação do equipamento;
- Manutenção preventiva e corretiva durante a garantia: manutenções preventivas trimestrais;

- A contratada é responsável pelo transporte adequado do equipamento, respeitando as orientações de armazenamento e transporte peculiares, devendo portanto se certificar de que o mesmo chegará íntegro durante todo o transporte, e que poderá ser realizado por terceiros sem ônus para o INDC por meio de empresas especializadas para esta finalidade.
- No ato do recebimento, é de responsabilidade da contratada realizar a entrega acompanhada da Nota Fiscal, Nota de Empenho e qualquer outro documento pertinente ao produto.
- A contratada será responsável pela instalação do equipamento às suas expensas.
- Somente após a instalação do equipamento, o mesmo será considerado como "recebido definitivamente".
- O Tomógrafo será considerado instalado após estar em pleno funcionamento.

5. Levantamento de Mercado

5. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

5.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.400.000,00 (um milhão, quatrocentos mil reais).

5.2. FONTES CONSULTADAS

5.2.1. Para a definição do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros integrantes da IN SEGES/ME nº 65 /2021.

5.2.2. Foram priorizadas a consulta aos sistemas oficiais de governo e as contratações similares feitas pela Administração pública, em conformidade com o art. 5º, § 1º da IN SEGES/ME nº 65/2021. Esses resultados estão constantes no Mapa Comparativo de Preços, e são oriundos do Painel de Preços – sistema oficial do poder executivo Federal.

5.2.3. O preço estimado para a contratação considerou o mínimo de três cotações, nos termos do art. 6º da IN SEGES/ME nº 65 /2021.

5.3. SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

5.3.1. A série de preços coletados constam no resumo abaixo:

Identificação da Compra/ Pregão	Item	UASG	Valor Unitário (R\$)
19/2023	4	155021 - HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE MINAS GERAIS	1.400.000,00
132/2023	2	926277 - UNIV. EST. DO OESTE DO PARANA - HOSP. UNIVERSITÁRIO	1.459.000,00
90241/2022	2	925302 - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PARAIBA	2.060.000,00

5.4. METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

5.4.1. A obtenção do preço estimado deu-se com base no **MENOR PREÇO** dos valores obtidos na pesquisa de preços, em razão de ser a que melhor representa o preço do mercado.

5.5. MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO

5.5.1. O preço estimado da contratação é de R\$ 1.400.000,00 (Um milhão e quatrocentos mil reais).

5.5.2. Após a realização de pesquisa de preços em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os praticados no mercado.

5.6. IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA DE PREÇOS

5.6.1. A presente pesquisa de preços foi conduzida pela própria Equipe de Apoio, responsável pela confecção deste ETP.

5.6.2. Não houve confecção de Portaria para designação dos referidos servidores, tendo em vista que os mesmos possuem conhecimento técnico sobre o assunto.

6. Descrição da solução como um todo

Aquisição de Tomógrafo por empresa especializada, no prazo de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão no termo de referência, tendo em vista que o Tomógrafo atual em funcionamento encontra-se obsoleto, com dificuldade de manutenção preventiva, corretiva e de aquisição de peças de reposição. A contratada deverá fornecer manutenção preventiva com a ser realizada trimestralmente, e corretiva conforme necessidade. O equipamento terá garantia de 12 (doze) meses, a contar da instalação.

O Transporte e instalação adequados ocorrerão às expensas da empresa especializada contratada.

No intervalo entre a instalação do Tomógrafo e o fim da cobertura fornecida pela contratada, o INDC deverá providenciar contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva, para solução de continuidade de funcionamento do referido equipamento.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Não se aplica, pois o objeto da aquisição é material permanente, para substituição de outro que encontra-se obsoleto. A aquisição de um equipamento é suficiente para atender as demandas do INDC/UFRJ.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.400.000,00

O preço estimado da contratação é de R\$ 1.400.000,00, conforme descrito no item 5.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não se aplica, equipamento único.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica, não houve contratações correlatas.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Não se aplica. O contratação ocorrerá por meio de verba extraordinária.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Conforme já descrito nas seções 2 e 6, os principais benefícios serão a diminuição das interrupções nos exames de Tomografia. Com a diminuição das interrupções, há uma diminuição na demanda reprimida, e com isso, indiretamente, um aumento na produtividade, e na promoção e proteção da saúde da população mais carente dependente do SUS.

13. Providências a serem Adotadas

Deverá ser designado um servidor com nível técnico compatível para reconhecer o equipamento no momento do recebimento, fiscalizar a instalação, e a atestar o pleno funcionamento do mesmo.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não há impactos ambientais significativos, visto que o equipamento é permanente, e não gera resíduos. Quanto à emissão de radiação, o INDC possui instalações que com infraestrutura adequada para retenção de radiação, como por exemplo paredes com blindagem para radiação. A equipe técnica é treinada, e o INDC dispõe de todos os EPIs adequados para proteção individual, e previstos pela legislação competente.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe declara viável a referida contratação, pelos motivos citados abaixo;

1 - O INDC possui toda a estrutura disponível para a instalação e funcionamento adequado do Tomógrafo, tais como ambiente refrigerado 24 horas, e blindagem da sala contra radiação.

2- O INDC possui toda a equipe técnica especializada necessário para o funcionamento do Serviço de Tomografia, como médicos, enfermeiros e técnicos.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANA PAULA ALMEIDA DA SILVA

Equipe de apoio

Cristiane Afonso

CRISTIANE RIBEIRO DE ALMEIDA AFONSO

Equipe de apoio

DPO Cristiane Afonso
Neurologia Clínica
CRM - 52.499/1-4

Marcelo Soares Ramos

MARCELO SOARES RAMOS

Equipe de apoio

UFPA
Marcelo Soares Ramos
Administrador IMOC/UFPA
SAPEC 1154399 CRC-RJ 081625

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Pesquisa Tomógrafo2 20mai24.pdf (105.35 KB)

Termo de Referência 6/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2024	153148-INSTITUTO DE NEUROL. DEOLINDO COUTO DA UFRJ	WORLDIR RODRIGUES ANTUNES	25/11/2024 08:30 (v 16.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		23079.226127/2023-43

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Tomógrafo, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QTDE	VALOR UNITÁRIO
1	<p>DESCRIÇÃO:</p> <p>Tomógrafo computadorizado helicoidal, para uso geral, multislice, com no mínimo 16 cortes utilizado para gerar imagens de tomografia dos órgãos de pacientes adultos e pediátricos. Com sistema de controle automático do mAs para redução de dose.</p> <p>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:</p> <p>Gantry:</p> <ul style="list-style-type: none">• Abertura mínima de gantry: 70 cm;• Faixa de angulação mecânica mínima: +/- 30º;• Tempo de corte total (360º): 0,75 segundos ou menor;• Capacidade para aquisição helical contínua sem interrupção: mínima 100 segundos;• Capacidade de estudos helicoidais com gantry angulado; <p>Conjunto tubo e gerador:</p> <ul style="list-style-type: none">• Potência do gerador de no mínimo: 50 KW ou superior.	424259	01	1.400.000,00



- Faixa de corrente do tubo: 10 até 300 mA ou maior;
- Faixa mínima de KV do tubo: 80 e 135 KV;
- Capacidade térmica do anodo de no mínimo 5.0 MHU;
- Capacidade de resfriamento do tubo de no mínimo 820 KHU /min.;
- Comprimento volumétrico: mínimo 170 cm livre de metais;
- **Sistema de aquisição de dados:**
 - Aquisição Multislice de no mínimo 16 cortes simultâneos por rotação de 360°;
 - Possibilidade de up-grade para 32 cortes;
 - Efetuar 16 cortes simultâneos mesmo com o Gantry inclinado em 30 ou -30 graus;
 - Faixa de espessura de corte, obtidas com 16 cortes simultâneos: 0,625 mm ou menor;
 - Campo de visão: variável entre 50 e 500 mm;
- **Gerenciamento de dose**
 - Tecnologia para redução de dose aplicada ao paciente, possuindo entre outros:
 - Recurso dinâmico de otimização de dose aplicada ao paciente, nos planos X, Y e Z durante a aquisição, com capacidade de modulação da corrente (mA) de acordo com a região do corpo a ser examinada;
 - Recurso avançado automatizado de reconstrução iterativa (iDose 4, Safire, AIDR-3D, ASIR ou similar);
- **Console:**
 - Multifunção contendo 1 monitor LCD colorido de no mínimo 19", teclado e mouse;
 - O sistema deve permitir manipulação, filmagem e processamento de imagens previamente armazenadas durante a aquisição de novas imagens;
 - Software 3D, permitindo diferentes tipos de reconstrução: Volume Rendering, Surface, e projeção de RX (CVR);
 - Software Multiplanar em tempo real (MPR);
 - Software Angiográfico (MIP);
 - Software Pulmonar (MIP);



- Software para Estudos Dinâmicos (Dynamic Scan);
- Sistema de subtração digital óssea durante a aquisição;
- Software para visualização de imagens em tempo real, durante a aquisição, com taxa de amostragem de, no mínimo, 6 (seis) imagens por segundo;
- Software de gatilhamento de aquisição por nível de contraste, permitindo múltiplos ROI's;
- Software redutor de artefatos metálicos de próteses extensas (MAR, i-MAR, Smart, SEMAR);
- Capacidade total em Hard disk: pelo menos 200 Gbytes;
- Capacidade de armazenamento de imagens: mínimo de 100.000 imagens e dados brutos das 3500 últimas rotações;
- Unidade de gravação de CD/DVD;
- Tempo de reconstrução de imagens de no mínimo até 15 imagens/segundo;
- Protocolo DICOM 3.0 contendo no mínimo as seguintes modalidades: Print, Storage SCU e MWM (Worklist);
- Resolução de alto contraste mínima: 15 lp/cm;
- Instrução automática para os pacientes com 30 mensagens programáveis;
- Interface para impressão padrão DICOM e Windows post-script;
- **Mesa do paciente:**
 - Peso máximo suportável de no mínimo 220 Kg;
 - Largura mínima do tampo móvel: 400 mm;
 - Altura mínima do solo entre 300 e 420 mm, quando completamente abaixada;
 - Precisão mínima de movimento: 0,25 mm;
- **Workstation – Estação de Trabalho independente**
- **Configuração de Hardware mínima:**
 - Processador com 6 núcleos ou mais de 3,6GHz;
 - Mínimo de 32 GB de memória RAM;
 - Sistema de HD com capacidade mínima de 1TB;
 - Monitor colorido tipo Flat Screen de pelo menos 24" 1920x1200 ou superior e 300cd/m² ou superior;

<ul style="list-style-type: none"> • Gravador de CD-RW e DVD-RW; • Placa de rede padrão Ethernet; • Placa de vídeo com no mínimo 5 GB GDDR5 de memória; • Teclado e mouse óptico; • Sistema operacional MS Windows 10 Professional, ou superior 			
<ul style="list-style-type: none"> • Softwares necessários na Workstation: • Reconstrução multiplanar (MPR), MPR curvo e oblíquo, MiP, Min-IP, reconstrução tridimensional (3D) SSD e VR, remoção de ossos automática; • Software para endoscopia virtual; • Pacote vascular avançado para Angio CT - segmentação automática de vasos; • Software para avaliação da perfusão cerebral; 			
<ul style="list-style-type: none"> • Acessórios: • Suporte de crânio; • Suporte de crânio coronal; • Suporte de pernas; • Jogo de fantasmas para calibração; • Estabilizador de tensão de rede externo ao tomógrafo com potência compatível para todo o equipamento, não sendo suficiente somente para estabilizar a base computacional; • Nobreak para console e estação de trabalho; • Sistema de manutenção remota; • Manual de Operação do equipamento; 			
<ul style="list-style-type: none"> • Extras: • Aplicação no local; • Garantia de 12 meses, contados da data de instalação do equipamento; • Manutenção preventiva e corretiva durante a garantia: manutenções preventivas trimestrais; 			
Total			1.400.000,00

g

R

inf

da

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O Sistema de Registro de Preços não se aplica, tendo em vista que a aquisição é imediata, de somente um equipamento.
- 1.6. Foram incluídos a este Termo de Referência os itens não obrigatórios de nº 11, 12, 13 e 14 para adequação ao objeto deste processo.
- 1.7. Os Itens 8.23 à 8.30 são compatíveis com as exigências de mercado, conforme comparação com processos de aquisição semelhantes.
- 1.8. O Estudo Preliminar "01/2024" referente ao objeto desta contratação encontra-se no Anexo II deste Termo de Referência.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada abaixo;

O Instituto de Neurologia Deolindo Couto (INDC/UFRJ) realiza diversos exames de tomografia mensalmente, para atender a população através do SUS, auxiliando no diagnóstico e tratamento de diversas patologias. O Tomógrafo do INDC encontra-se obsoleto, em operação ininterrupta a quase 12 anos, com inúmeras trocas de peças ao longo deste tempo, inclusive de ampola (que custa cerca de 1/3 do valor total do equipamento), diversos circuitos e placas. Atualmente há extrema dificuldade para se encontrar peças disponíveis para seu reparo e manutenção, gerando diversas e prolongadas interrupções dos serviços de tomografia. A interrupção deste serviço gera inúmeros transtornos, demanda reprimida, e diminuição da produtividade por parte deste serviço. Logo se faz necessária a aquisição de um novo equipamento, com o objetivo de evitar a interrupção dos serviços de tomografia.

- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2024]

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Aquisição de Tomógrafo por empresa especializada, no prazo de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão no termo de referência, tendo em vista que o Tomógrafo atual em funcionamento encontra-se obsoleto, com dificuldade de manutenção preventiva, corretiva e de aquisição de peças de reposição. A contratada deverá fornecer manutenção preventiva a ser realizada trimestralmente, a contar do término da instalação, e corretiva se necessária. O equipamento terá garantia de 12 (doze) meses, a contar da instalação. O Transporte e instalação adequados ocorrerão às expensas da empresa especializada contratada. No intervalo entre a instalação do Tomógrafo e o fim da cobertura fornecida pela contratada, o INDC deverá providenciar contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva, para solução de continuidade de funcionamento do referido equipamento.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O contratado será responsável pelo transporte adequado do equipamento, respeitando as orientações de armazenamento e transporte peculiares, devendo portanto se certificar de que o mesmo chegará íntegro durante todo o transporte.

4.2 O contratado será responsável pela instalação do equipamento às suas expensas, devendo instalar o equipamento num prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.

4.3 O Tomógrafo será considerado instalado após estar em condições de pleno funcionamento.

4.4 O Tomógrafo será considerado como recebido definitivamente somente após estar devidamente instalado.

4.5 A liquidação do pagamento só poderá ocorrer por liberação do fiscal de contrato, após constatada a instalação do equipamento.

Subcontratação

4.6. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.6.2. A subcontratação fica limitada a manutenção, transporte e instalação do equipamento.

Sustentabilidade

4.7. Não há impactos ambientais significativos, visto que o equipamento é permanente, e não gera resíduos. Quanto à emissão de radiação, o INDC possui instalações com infraestrutura adequada para retenção de radiação, como por exemplo paredes com blindagem para radiação. A equipe técnica é treinada, e o INDC dispõe de todos os EPIs adequados para proteção individual, e previstos pela legislação competente.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. O Equipamento deverá ser entregues no seguinte endereço; Instituto de Neurologia Deolindo Couto (INDC/ UFRJ), na Avenida Venceslau Brás, 95 – Botafogo – Rio de Janeiro. CEP: 22.290-140 , de segunda a sexta-feira, das 08:00 hs às 14:00 hs.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da instalação definitiva do objeto.

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.12. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.13. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.14. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da notificação pelo Contratado.

5.15. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.16. Na hipótese do equipamento não ser reparado no prazo previsto, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, ou arcar com as despesas de encaminhamento dos pacientes para realização dos exames de tomografia, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos, durante a execução dos reparos, após a expiração dos prazos previstos nos itens anteriores.

5.17. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos, inclusive despesas descritas no item anterior.

5.18. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.19. O contratado fornecerá às suas expensas manutenções preventivas trimestrais durante a garantia, a contar do dia subsequente a instalação do equipamento.

5.20. Entende-se por manutenção preventiva aquela destinada a prevenir possíveis defeitos que possam surgir nos bens, compreendendo a substituição de peças, e realização de ajustes, calibrações, limpeza, e correções necessárias.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.9.2. Será considerada condição imprescindível para liquidação a constatação da instalação do equipamento

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.25.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5 % do valor total estimado da contratação.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.30.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.400.000,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.400.000,00 (um milhão, quatrocentos mil reais).

9.2. FONTES CONSULTADAS

9.2.1. Para a definição do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros integrantes da IN SEGES/ME nº 65 /2021.

9.2.2. Foram priorizadas a consulta aos sistemas oficiais de governo e as contratações similares feitas pela Administração pública, em conformidade com o art. 5º, § 1º da IN SEGES/ME nº 65/2021. Esses resultados estão constantes no Mapa Comparativo de Preços, e são oriundos do Painel de Preços – sistema oficial do poder executivo Federal.

9.2.3. O preço estimado para a contratação considerou o mínimo de três cotações, nos termos do art. 6º da IN SEGES/ME nº 65 /2021.

9.3. SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

9.3.1. A série de preços coletados constam no resumo abaixo;

Identificação da Compra/ Pregão	Item	UASG	Valor Unitário (R\$)
19/2023	4	155021 - HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE MINAS GERAIS	1.400.000,00
132/2023	2	926277 - UNIV. EST. DO OESTE DO PARANA - HOSP. UNIVERSITÁRIO	1.459.000,00
90241/2022	2	925302 - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PARAIBA	2.060.000,00

9.4. METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

9.4.1. A obtenção do preço estimado deu-se com base no **MENOR PREÇO** dos valores obtidos na pesquisa de preços, em razão de ser a que melhor representa o preço do mercado.

9.5. MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO

9.5.1. O preço estimado da contratação é de R\$ 1.400.000,00 (Um milhão e quatrocentos mil reais).

9.5.2. Após a realização de pesquisa de preços em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os praticados no mercado.

9.6. IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA DE PREÇOS

9.6.1. A presente pesquisa de preços foi conduzida pela própria Equipe de Apoio, responsável pela confecção deste Termo de Referência, e ETP.

9.6.2. Não houve confecção de Portaria para designação dos referidos servidores, tendo em vista que os mesmos possuem conhecimento técnico sobre o assunto.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11. Obrigações do Contratante

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. São obrigações do Contratante:

11.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

11.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

11.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Instrumento;

11.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

11.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

1.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. Obrigações do Contratado

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

12.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Instrumento e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 2 (dois) dias corridos que antecedem a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado por este instrumento, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

12.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

12.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

12.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

12.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

12.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.

12.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13. Infrações e Sanções Administrativas

13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV. Multa:

1. *Moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30 % (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*
 1. *O atraso superior a 30 dias corridos autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*
2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.1, de 20 % a 40 % do valor do Contrato.
3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 13.1, de 5 % a 10 % do valor do Contrato.
4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 13.1, a multa será de 10 % a 15 % do valor do Contrato.
5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 13.1, a multa será de 5 % a 10 % do valor do Contrato.
6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 13.1, a multa será de 5 % a 10 % do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.10 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14. Aprovação da Autoridade Competente

14. APROVAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Assim decidiu:

a. aprovar o presente Termo de Referência, por satisfazer os requisitos atinentes ao objeto solicitado na requisição e respectiva justificativa, conforme documentos incluídos no processo

licitatório, bem como atender as exigências legais e regulamentares concernentes a esta licitação.

b. a SALC adote as providências cabíveis, de acordo com as normas em vigor, e autue o presente Termo de Referência no respectivo Processo Administrativo.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2024.



CLYNTON LOURENÇO CORREA

SIAPE: 2329107

Diretor e Ordenador de Despesas do INDC



CLYNTON L. CORREA

Diretor INDC-UFRJ

SIAPE 2329107

CREFITO2 027196-F

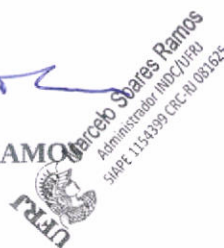
15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



MARCELO SOARES RAMOS

Equipe de apoio



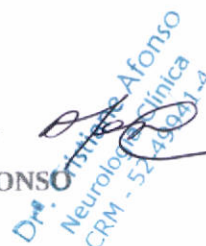
ANA PAULA ALMEIDA DA SILVA

Equipe de apoio



CRISTIANE RIBEIRO DE ALMEIDA AFONSO

Equipe de apoio



Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Pesquisa Tomografo2 20mai24.pdf (105.35 KB)